



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO NOS ANOS 1940: A POLÍTICA CONTRA OS MOCAMBOS

Camila Sobral Leite Lyra Montalvão¹

Bruna Soares Farias²

Evelyn Medeiros Pereira³

Resumo: Neste estudo, busca-se a relação entre a política habitacional, no Estado Novo em Pernambuco na década de 1940, e a gênese do Serviço Social e criação da Escola de Serviço Social de Pernambuco. A partir de revisão bibliográfica e análise documental, de acordo com a perspectiva crítico-dialética, constatamos a ligação entre a política contra os mocambos e a emergência do Serviço Social no estado.

Palavras-chave: Serviço Social. Habitação. Mocambos.

Abstract: The study intends to relate the relation among the housing policy, in Pernambuco in the 1940s, and the genesis of Social Work and the creation of the Social Work School of Pernambuco. Based on bibliographical review and documental analysis, according to the critical-dialectical perspective, we conclude the connection between the policy against the mocambos and the emergence of Social Work.

Keywords: Social Work. Housing policy. Mocambos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa bibliográfica e documental em andamento que objetiva apreender a relação entre a gênese do Serviço Social em Pernambuco, na década de 1940, e a política contra os mocambos. Isto levando em consideração que as iniciativas governamentais no período voltadas para a questão habitacional desenvolviam-se sob a égide do Estado Novo, capitaneado pelo interventor Agamenon Magalhães. Sendo a habitação a temática central no programa desta interventoria, levanta-se a hipótese de que a política habitacional, fundamentalmente contra os mocambos, colaborou diretamente na emergência da profissão e na criação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS-PE), ao potencializar a demanda sócio-ocupacional de corpo técnico qualificado.

Considerando os Mocambos como expressão da “questão social” a nível local, nos propomos, inicialmente, a apresentar uma breve caracterização desta questão e de seus reflexos a partir da realidade da cidade do Recife. Posteriormente, buscamos identificar

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: camila.b58@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: camila.b58@gmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: camila.b58@gmail.com.

algumas conexões existentes entre a emergência do Serviço Social em Pernambuco e os mocambos a partir das demandas de ações interventivas por parte do Estado e das instituições vinculadas a este.

A explicação da problemática dos Mocambos, e o desvelamento da ação do Estado frente a esta, se dará, principalmente, através da revisão bibliográfica, não apenas do material disponível sobre a história da ESS-PE (conf. GOMES, 1987; PADILHA, 2008; VIEIRA, 1992), mas também da literatura referente ao período em questão, principalmente sobre as políticas voltadas à habitação (conf. BEZERRA, 1965; CASTRO, 1957; GOMINHO, 1993, 1998, 2011; MORAIS, 2013; PANDOLFI, 1984). Pesquisas acerca da relação da profissão com essa temática, no entanto, ainda se encontram escassas. Por isso, recorreremos também à análise documental visando identificar a conexão entre a política habitacional e o surgimento do Serviço Social em Pernambuco, referente ao terceiro eixo, contando como fonte de dados monografias de estudantes da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS-PE) e matérias de jornal da época, em especial o Folha da Manhã. Neste, Agamenon Magalhães dedicava-se diariamente a exercer o que o próprio chamava de “doutrinação política”, justificando as medidas intervencionistas e disseminando a sua campanha contra os mocambos (PANDOLFI, 1984). Conjuntamente, a pesquisa busca apreender a questão investigada de acordo com os princípios teórico-metodológicos da tradição marxista presente na literatura do Serviço Social.

1. QUESTÃO SOCIAL E SEUS REFLEXOS A PARTIR DA REALIDADE DO RECIFE: a centralidade dos mocambos

No cenário mundial, as décadas de 1930 e 1940 são marcadas por um contexto de crise do liberalismo pelo questionamento da eficácia do sistema capitalista liberal. A capacidade de auto regular-se, até então defendida pelos economistas liberais, demonstrase ineficiente com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, repercutindo na economia mundial. O período entreguerras, principalmente nos centros capitalistas, é definido por intensa instabilidade política e social e passa a demandar medidas econômicas protecionistas e mudanças na intervenção do Estado. O Estado mais intervencionista e do “Bem Estar Social” surge como alternativa em meio à crise e apresenta-se, principalmente, com perfil autoritário, de forma a garantir a manutenção do *status quo* (GOMINHO, 1993).

Os anos posteriores à década de 1930 são caracterizados, por Octavio Ianni (1971), pelo desenvolvimento do Estado Burguês brasileiro a partir da ruptura do antigo regime político, onde as oligarquias latifundiárias, com destaque para a cafeeira, tinham total controle sobre a economia brasileira. A crise de 1929 tem rebatimentos no Brasil que, até

1930, era pautado economicamente somente pela atividade de agro-exportação sob grande dependência do mercado externo. Com a crise, a fragilidade do desenvolvimento econômico brasileiro é acentuada e atrela-se a insatisfação social, causada pela alternância política entre as oligarquias da região sudeste, de grupos industriais emergentes, de setores da classe média e militares, particularmente os tenentes.

Em 1930, algumas alterações na política brasileira são operadas, o que viabilizou a chegada de Getúlio Vargas à representação maior do Estado brasileiro, opondo-se ao resultado obtido nas eleições presidenciais. Após a chamada Revolução de 1930, a derrocada, apesar de parcial, do poder das oligarquias, possibilita as condições para um processo de reconfiguração da esfera estatal no país. Isso significou um funcionamento do poder público de forma mais adequada às exigências e possibilidade estruturais estabelecidas pelo capitalismo brasileiro. Entre 1930 e 1937, o Brasil experiencia um breve “intervalo democrático”, marcado pela diversidade de grupos políticos. Contudo, em 1937, é instaurado a ditadura do Estado Novo, a partir do Golpe de Estado de Getúlio Vargas, com o fechamento do congresso nacional e a centralização do poder, sob a justificativa da necessidade de se manter a ordem institucional em meio a conjuntura de grande dissonância política e contra as manifestações das forças de oposição, como a Intentona Comunista em 1935.

O “Estado Novo” (1937-1945), caracteriza-se pela mudança no aparelho estatal, incorporando uma estrutura corporativista (IANNI, 1971), pela maior intervenção do Estado na economia para regular a acumulação capitalista e, devido ao processo de urbanização e expansão do setor industrial, sob forte desejo de modernização. O setor agro-exportador não deixa de ser central para a economia brasileira, mas, devido a crise de 1929, o Brasil vê-se obrigado a encontrar novas saídas, implementando uma indústria de base, com forte investimento estatal, para modernizar economicamente o país.

Assim, apesar de ter a economia e política de cunho nacionalista, o eixo econômico na Era Vargas realiza certo deslocamento do setor agrário-exportador para o urbano-industrial, sem romper, no entanto, com as relações de dependência com o capital estrangeiro, fundamento do capitalismo por aqui. Ainda segundo Ianni (1971), os surtos de desenvolvimento econômico estavam sempre atrelados às rupturas provocadas pelo capitalismo mundial. Essas mudanças, no âmbito político e econômico, favorecem o desenvolvimento de algumas regiões do país, ao acompanharem o processo de industrialização e as conseqüentes transformações no meio urbano. Essa modernização (conservadora) capitalista no Brasil interfere na estrutura de classes, ampliando, mesmo que estreitamente, a mobilidade social e a expansão de novas camadas sociais, fazendo surgir uma burguesia industrial e financeira — que tem, em parte, laços com a oligarquia do café, bem como a classe operária e as classes médias, devido à ampliação do mercado de

trabalho e de consumo. Estas carregando consigo as marcas da questão agrária como componente do capitalismo brasileiro que não abriu mão do latifúndio e de formas de trabalho análogas ao trabalho escravo para se desenvolver. Em meio a esse cenário, Getúlio Vargas inova ao integrar diferentes setores da sociedade brasileira no sistema político, oportunizando uma participação controlada e, subordinando interesses e conflitos às intenções maiores próprias da condição de dependência do capitalismo no país.

No Brasil, a organização capitalista de produção já vinha sendo incorporada na economia brasileira de forma atrasada, deficiente e dependente, como assinala Gominho (1993), junto com suas contradições, materializadas nas desigualdades econômica e social, tanto pelas desumanas condições de trabalho, quanto pela exploração demasiada e falta de segurança no trabalho. Desde o início do século XX, manifestações da classe trabalhadora são realizadas, com influência ideológica dos imigrantes estrangeiros, sobretudo anarquistas (GOMINHO, 1993). Através de greves, passeatas e confrontos, o operariado mobilizou-se em prol de melhores condições de vida e trabalho, regulamentação das relações capital-trabalho, etc. Porém, o crescimento desordenado das cidades concomitante com o surgimento das indústrias, acarretou, não apenas na maior insatisfação dos trabalhadores com as condições de vida e trabalho, que residiam em favelas, mocambos, cortiços; mas também gerou uma massa de pessoas desocupadas dos seus ofícios a vagarem pelas ruas. Demandando-se, assim, uma maior atenção e ação dos dirigentes do país, para além da repressão policial, principalmente por conta das mobilizações populares.

A partir da configuração da questão social, que assume relevância como consequência do surgimento do proletariado como expressão política própria, Vargas volta a sua atuação de forma a atender às expectativas históricas dessa classe e, mais do que isso: conquistá-la como força política, tornando-a mais eficiente e livre das influências “perniciosas” do comunismo, por vê-la como força motriz no desenvolvimento econômico. Como meio de exercer sutilmente seu poder na sociedade e para responder às sequelas advindas da relação de assalariamento do proletariado, instituí-se as legislações trabalhistas e previdenciária, a cooptação do movimento operário através dos sindicatos “amarelos” e demais medidas sociais, sob a roupagem de doação e assistência por parte do Estado.

Com o movimento de 1930, Pernambuco, como na maioria dos estados brasileiros, têm seu governo ocupado por interventores indicados pela esfera federal, tendo como primeiro interventor o tenente Carlos de Lima Cavalcanti, que, em 1937, é acusado de ser comunista e afastado do poder em favor de Agamenon Magalhães. A assembleia legislativa e a câmara municipal tiveram seus trabalhos encerrados e os prefeitos passaram a ser nomeados pelos interventores. Além disso, seguindo a cartilha do Estado Novo, foram criados Conselhos com representações de classes, o Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP) e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que se tornou mais ativa. Agamenon estabeleceu a “emoção do Estado Novo” em Pernambuco, sendo um dos mais fiéis ao regime de Getúlio Vargas.

Zélia Gominho (1993) relata que, nesse contexto, Pernambuco encontrava-se em processo de redefinição do seu papel na economia mundial. Ainda segundo a autora, as crises do açúcar e as experiências com a produção de algodão motivaram mudanças no sistema de produção açucareira, no direcionamento da produção do algodão e na conjuntura sócio-econômica e política local. Nesse momento, as usinas são introduzidas e consolidam a inserção da organização capitalista de produção no meio agrário, que acentua o caráter monocultor e monoexportador da economia pernambucana. Ademais, observa-se a introdução de maquinário junto às atividades antes feitas apenas manualmente nas usinas; a proletarianização do trabalhador rural e a alteração da divisão social e técnica do trabalho no campo. Em consequência das mudanças produtivas do campo, somadas à permanência do latifúndio e ao fenômeno climático e social da seca⁴, especialmente no semiárido nordestino, inicia-se um grande êxodo rural, em que massas de trabalhadores migram para os centros urbanos em busca de trabalho e sobrevivência. Tal migração compõe a trajetória de centenas de sertanejos rumo às regiões que passam a ser centrais e polos dinâmicos da economia e política nacional, a exemplo do Sudeste, bem como às cidades que vêm a se configurarem como polos regionais dentro das próprias regiões, no caso de Recife, compondo a nova divisão inter-regional do trabalho no país.

Segundo Lima (2012), Recife vivia um intenso crescimento populacional diretamente ligado aos grandes fluxos migratórios, advindos de diversas partes do Nordeste, ocasionados tanto por fatores climáticos, como as secas, quanto pela reestruturação produtiva do meio rural já abordada. Estes fluxos foram intensificados pela elevação de Recife ao *status* de capital-regional, pelo seu papel comercial-portuário. Além disso, desde a abolição da escravatura, as cidades tornaram-se polos de atração da busca por trabalho, melhores condições de vida e distância da opressão dos coronéis no campo. Segundo Bezerra (1965), o aumento no número de habitantes foi concomitante ao crescimento das problemáticas sociais do município, entre eles os relacionados à habitação.

Como forma alternativa de habitação encontrada pelos grandes contingentes de migrantes, ocorre a proliferação dos mocambos sobre a planície recifense. Os

⁴ “Mais importante nisso tudo, [...] era a tomada de consciência por importantes setores das elites [...] de que a questão da miséria era uma questão política. Não era a seca, propriamente, como se dizia desde o século XIX, que respondia pela pobreza dos trabalhadores rurais nordestinos. Era o uso político da seca como pretexto para obtenção de recursos financeiros do governo federal que, no fim, não iam aliviar a miséria dos pobres, mas revigorar a máquina do clientelismo político dos ricos. Uma situação que só poderia ser resolvida com uma revolução, como entendiam e temiam alguns dos próprios setores das elites. Ou então com reformas sociais.” (MARTINS, 1994, p.67).

mocambos, como eram conhecidos, são descritos pela Comissão Censitária da época como uma moradia de barro batido com telhados e paredes de taipa, flandres e palha, sem saneamento básico (PANDOLFI, 1984, p. 59). Esses modelos precários de habitação, construídos em mangues e alagados, perpetuavam-se desde o período Colonial e Holandês, mas se acumularam na Região Metropolitana no Recife a partir do século XIX (BEZERRA, 1965, p.33), obtendo maior espraiamento com a emergência e agravamento da questão social.

O mocambo era considerado como uma “célula de descontentamento” (GOMINHO, 1993) e, portanto, deveria ser eliminado, ou melhor, substituído por casas higiênicas, construídas em ambientes salubres, saneados, como forma de modernizar o Recife, tirar o aspecto provinciano. Portanto, durante o período do Estado Novo (1937-1946), a interventoria pernambucana, afirmando a sua preocupação com as pautas sociais, incorpora a preocupação do Estado Novo em “resolver” a questão social, definindo a Habitação Popular como um dos pontos prioritários do seu programa de governo. Além disso, desde as décadas de 1920 e 1930, eram realizadas movimentações populares com influência socialista, fazendo com que essas medidas sociais de Agamenon tivessem também como propósito refrear as mobilizações revolucionárias de trabalhadores por melhorias de vida e trabalho e conquistar o apoio destes para a manutenção do projeto de dominação em curso naquele período.

Assim, algumas ações, programas e entidades tornaram-se prioritárias nesse período para o enfrentamento das expressões da questão social, particularmente a partir dos mocambos, por parte do Estado. É nesse contexto, portanto, que também se situa a emergência do Serviço Social a partir da criação da sua primeira escola de formação em Recife (ESS-PE) no início da década de 1940.

2. **SERVIÇO SOCIAL E OS MOCAMBOS NA DÉCADA DE 1940:** em busca de possíveis aproximações

Gominho (1993) explica que os mocambos e a urbanização no Recife passaram a ser encarados como questão de responsabilidade também do Estado, do governo local, apenas a partir do Estado Novo. A construção de mocambos já havia sido proibida por Carlos de Lima Cavalcanti, mas volta a ser, mais rigorosamente a nível municipal, no governo de Novaes Filho, indicado por Agamenon Magalhães para a Prefeitura da cidade. O interventor promoveu uma campanha assídua e, por vezes, cruel, como classifica Padilha (2008) ao mencionar o episódio em que Agamenon ordenou a destruição dos mocambos de moradores vindos da zona rural. Foi implantada uma política governamental que utilizou diversos meios para erradicar a existência desse tipo de habitação no Recife.

Segundo Gominho (1993), o discurso do então prefeito era de uma gestão voltada para a Ação Social, sendo esta contemplada através da Diretoria de Reeducação e Assistência Social. Este órgão, ao qual estavam subordinados os Centros Educativos Operários, visava não apenas o controle social via combate ao comunismo, mas também a resolução da questão dos mocambos na capital. Para tal, foi criada a Comissão do Plano da Cidade. A referida Diretoria concedia passagens para os moradores que desejassem retornar à zona rural. Construtoras recebiam incentivo fiscal para que pudessem ser construídas casas populares que supostamente abrigariam a população dos mocambos, e o Estado doava terrenos e isentava de impostos e taxas as Caixas de Aposentadoria e Pensões, cujos fundos de reserva poderiam ter 50% aplicados para a construção de vilas operárias para seus associados.

Tudo isso seguindo a tendência nacional de esforços do governo para promover a participação de todos os seguimentos da sociedade civil na luta contra os “problemas sociais” a nível local, mascarando a luta de classes. Surge, então, em novembro de 1937, a “Cruzada Social Contra o Mocambo” em Pernambuco, para discutir, estudar projetos e propostas e decretar leis contra o avanço dos mocambos. Em outras palavras, tratou-se, de fato, da política contra os mocambos.

No final da década de 1930, para colher dados e informações mais precisos que auxiliassem a extinção dos mocambos, é criada a Comissão dos Mocambos do Recife, ou Comissão Censitária dos Mocambos, na qual há registros da participação de “agentes de Serviço Social de Pernambuco” (PADILHA, 2008, p. 255), como o professor e fundador da ESS-PE, René Ribeiro. No mesmo período, segundo Gominho (1993), a Ação Social Católica inicia o planejamento e organização da III Semana de Ação Social no Recife, realizada em 1939, que priorizou a questão habitacional e reforçou a intenção do governo de substituir os mocambos por habitações econômicas.

Padilha (2008) adiciona que o foco foi debater questões relacionadas à sociedade pernambucana, principalmente a populações de baixa renda, e construir propostas de políticas sociais. A autora também acrescenta que o evento, além de contar com a presença de figuras públicas como Agamenon Magalhães e o diretor do Serviço de Reeducação e Assistência Social da Prefeitura do Recife, Nilo Pereira, teve como secretário Rodolfo Aureliano, sendo expositores René Ribeiro, Souza Barros, Luiz Delgado, José Lucena e José César Regueira Costa, os quais também compuseram o grupo dos fundadores e primeiros professores da ESS-PE; outrossim, a proposta de fundação da Escola como curso superior ocorreu no evento.

Após a realização deste, cria-se a Liga Social Contra o Mocambo, prosseguindo com o objetivo de extinguir os mocambos e incentivar a construção de casas populares, trazendo consigo a ideia de reeducação e integração social por meio da criação de

centros educativos nas vilas construídas (PANDOLFI, 1984). Esta autarquia administrativa era composta por diversos grupos sociais que compunham comissões e movimentos organizados ou iniciativas individuais relacionadas à Cruzada inicial, partindo para mais ações concretas, tanto administrativas e territoriais quanto educacionais. (GOMINHO, 1993).

Em 1940, com o patrocínio de Agamenon Magalhães, foi criada a Escola de Serviço Social de Pernambuco. Em matéria do jornal Folha da Manhã (1941), a ESS-PE é apontada como uma “[...] iniciativa das mais fecundas para o estudo científico dos problemas sociais do nosso meio e resolução com métodos adequados dos diversos desajustamentos da nossa sociedade”. É ressaltada, como justificativa para o seu funcionamento, a lacuna de profissionais com formação adequada para atuar nas instituições públicas de “assistência hospitalar e social”. Também consta na matéria que, logo ao serem diplomadas, as estudantes estariam qualificadas para agirem em prol do bem-estar social como especialistas em ramos — como, por exemplo, inspetora social da habitação popular. Ademais, segundo Rodolfo Aureliano (1941, p.13 apud PADILHA, 2008), a Liga Social Contra o Mocambo é incluída como campo de prática das alunas da ESS-PE.

Não obstante os esforços da Liga e sua influente repercussão local e nacional, tendo sido cogitada, por exemplo, uma “Liga Contra as Favelas” no Rio de Janeiro, não houve um número significativo de habitações construídas e os mocambos foram somente afastados para a periferia e para o meio rural (GOMINHO, 1993). Quando a Liga é extinta, em 1945, após receber uma série de críticas e denúncias, surge em seu lugar o Serviço Social contra o Mocambo, que mantém os propósitos da Liga, mas diferencia-se, sobretudo, por agregar à filosofia de trabalho a política de fins eleitorais (BEZERRA, 1965).

É, portanto, sob a perspectiva da educação moral e do acompanhamento assistencial que as primeiras profissionais advindas da ESS-PE irão atuar junto aos conflitos e desigualdades sociais em solo urbano, tendo na cidade de Recife os mocambos como principal alvo. Isto não se distancia muito do contexto de outras cidades, tal como do Rio de Janeiro que, como desdobramento da sua 1ª Semana de Ação Social, no final da década de 1930, teve como uma de suas principais realizações a Associação Lar Proletário, destinada à construção de habitações populares. Vejamos o que nos apresenta Iamamoto e Carvalho (2009, p.190-191) sobre a inserção dos profissionais do Serviço Social em tal projeto:

Na Associação Lar Proletário – primeira grande obra particular no Rio de Janeiro a implantar Serviço Social (1939) – as Assistentes Sociais desenvolverão atividades semelhantes (em creches, *casas de crianças*, maternidades, escolas primárias e de

formação moral para o lar), além das atividades relativas ao conjunto residencial (230 casas) construído pela instituição: *seleção das famílias após apurada pesquisa, orientação da distribuição dessas famílias pela Vila, seguir de perto a ocupação de cada uma das casas*, “conquistando a simpatia dos assistidos”.

Vale destacar a importância de iniciativas como estas não apenas para o Serviço Social brasileiro (nas suas mais diversas regiões) e sua constituição como profissão, demandando uma formação técnica especializada, mas para os setores da sociedade que estavam empenhados em edificar uma estrutura sustentada em relações sociais mais tipicamente capitalistas, competitivas. Isto, no entanto, sem abrir mão dos aspectos de conservação. Por isso, não se tratou de mera coincidência o fato da primeira-dama, Darcy Vargas, ter sido a principal representante pública da Associação Lar Proletário e sua imagem ter, de algum modo, influenciado outras experiências, mesmo nos demais estados, a exemplo de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto sócio-econômico e político da questão estudada, o caráter modernizador, interventor e corporativista do Estado brasileiro, bem como suas estratégias para lidar com os efeitos da crise de 1929 e as ameaças do fortalecimento político da classe trabalhadora à ideologia hegemônica — principalmente, e mais especificamente, o comunismo — permitem compreender a postura em relação às questões dos mocambos por parte deste que era, como visto, um dos mais fiéis e incisivos interventores do regime: Agamenon Magalhães. A população que habitava esse tipo de moradia sofreu com o forte movimento impulsionado pelo Estado contra os mocambos, que possuía engajamento dos diversos segmentos da sociedade.

Como classifica Silveira (2018, no prelo), o Serviço Social em Pernambuco estava ainda em emergência na década de 1940, na qual foram construídas as condições para a consolidação da profissão, que ocorre apenas na década seguinte. Dessa forma, a questão dos mocambos como expressão da “questão social” e a demanda por intervenção profissional para efetivar o enfrentamento do Estado em relação a esta existiram contemporaneamente. Como visto, diversos dos grandes nomes responsáveis pela emergência do Serviço Social como profissão em Pernambuco, principalmente através da criação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, em Recife, estavam envolvidos nas campanhas governamentais contra o mocambo desde os primeiros momentos de sua organização, tendo sido a área habitacional, mais especificamente na questão dos mocambos, uma das prioridades na formação de assistente sociais na ESS-PE. Clara está, pois, a relação direta entre a política habitacional contra os mocambos e a emergência do Serviço Social em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, D. U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais MEC. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

CASTRO, J. de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

GOMES, V. D. de M. M. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945: políticas de ação e ações políticas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

GOMINHO, Z. de O. **A cidade vermelha: a experiência democrática no Pós-Estado Novo**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

_____. **Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

_____. **“Liga Social Contra o Mocambo”**: a questão social em Pernambuco. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez: CELATS, 26ª ed., 2009.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LIMA, R. M. C. **A cidade autoconstruída**. Recife: Editora UFPE, 2012.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da História Lenta**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

MORAIS, R. P. S. **“O mal do mocambo”**: o discurso de Agamenon Magalhães e a busca pela moral e cidadania no Recife (1937-1945). XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: Anpua, 2013.

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1984.

SILVEIRA, A. S. **A emergência do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940**. Recife: 2018. No prelo.

VIEIRA, A. C. de. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o**

Estado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992.